

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	11
3.4 - Política de destinação dos resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	14
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	15
3.7 - Nível de endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras informações relevantes	18

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	19
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	22
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	23
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	24
4.5 - Processos sigilosos relevantes	25
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	26
4.7 - Outras contingências relevantes	27

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	28
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	29
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Descrição dos controles internos	33
5.4 - Programa de Integridade	34
5.5 - Alterações significativas	35
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	36
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	37
6.3 - Breve histórico	38
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	43
6.6 - Outras informações relevantes	44
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	45
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	46
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	47
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	48
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	52
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	53
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	55
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	56
7.8 - Políticas socioambientais	57
7.9 - Outras informações relevantes	58
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	59
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	61

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	62
---	----

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	63
---	----

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	64
--	----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	65
---	----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	66
--	----

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	67
---	----

9.2 - Outras informações relevantes	68
-------------------------------------	----

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	69
--	----

10.2 - Resultado operacional e financeiro	73
---	----

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	75
---	----

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	76
---	----

10.5 - Políticas contábeis críticas	77
-------------------------------------	----

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	80
--	----

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	81
---	----

10.8 - Plano de Negócios	82
--------------------------	----

10.9 - Outros fatores com influência relevante	83
--	----

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	84
---	----

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	85
---	----

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	86
--	----

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	90
---	----

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	95
--	----

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	97
--	----

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	98
--	----

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	100
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	101
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	102
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	103
12.12 - Outras informações relevantes	104

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	105
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	107
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	110
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	111
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	113
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	114
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	116
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	117
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	118
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	119
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	120
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	121
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	122
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	123
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	124
13.16 - Outras informações relevantes	125

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	126
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	127
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	128
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	129
14.5 - Outras informações relevantes	130
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	131
15.3 - Distribuição de capital	134
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	135
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	136
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	137
15.7 - Principais operações societárias	138
15.8 - Outras informações relevantes	139
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	140
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	141
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	143
16.4 - Outras informações relevantes	144
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	145
17.2 - Aumentos do capital social	146
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	147
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	148
17.5 - Outras informações relevantes	149
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	150

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	151
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	152
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	153
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	154
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	155
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	156
18.8 - Títulos emitidos no exterior	157
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	158
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	159
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	160
18.12 - Outras informações relevantes	161

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	162
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	163
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	164

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	165
20.2 - Outras informações relevantes	166

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	167
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	168
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	169
21.4 - Outras informações relevantes	170

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

JOSE LUIZ ABICALIL

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a

19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

JOSE LUIZ ABICALIL

Cargo do responsável Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a

19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

JOSE LUIZ ABICALIL

Cargo do responsável Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a

19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do

emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

JOSE LUIZ ABICALIL

Cargo do responsável Diretor Presidente/Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	270-4		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	LMPG AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	29.184.207/0001-45		
Período de prestação de serviço	01/01/2004 a 31/03/2012		
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS=R\$ 29.260,00		
Justificativa da substituição	RODIZIO OBRIGATÓRIO		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
LUIZ FERNANDO L. MAGALHÃES	01/01/2004 a 31/03/2012	511.068.687-49	RUA MEXICO, N.11, 13. ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-144, Telefone (021) 25240345, Fax (021) 22631752, e-mail: igafbrasil@igafbrasil.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	319-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Boucinhas Campos & Conti Auditores Independentes S /S
CPF/CNPJ	62.650.403/0002-14
Período de prestação de serviço	02/04/2012 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS=R\$ 56.916,00
Justificativa da substituição	RODIZIO OBRIGATORIO

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Antonio Carlos de Oliveira Pires	02/04/2012 a 31/12/2016	888.894.677-20	AV RIO BRANCO, 122, 21o.ANDAR, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20040-001, Telefone (021) 22232433, Fax (021) 22639510, e-mail: acop@boucinhasconti.com.br

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	270-4		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	LMPG AUDITORES INDEPENDENTES		
CPF/CNPJ	29.184.207/0001-45		
Período de prestação de serviço	01/01/2017		
Descrição do serviço contratado	AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 52.000,00		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
LUIZ FERNANDO L. MAGALHÃES	01/01/2017	511.068.687-49	RUA MEXICO, N 11, SALA 1301, CENTRO, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-903, Telefone (21) 25240345, e-mail: struc@lpmg.srv.br

2.3. outras Informações que a Companhia julga relevantes.

Não existem outras informações relevantes sobre este item “2”.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	-82.977.953,00	-81.572.277,00	-84.842.745,00
Ativo Total	58.833.883,00	57.280.659,00	51.525.723,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	17.451.822,00	19.395.426,00	21.188.886,00
Resultado Bruto	-1.405.676,00	3.270.468,00	3.146.460,00
Resultado Líquido	-1.405.676,00	3.270.468,00	3.146.460,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	11.900.000	11.900.000	11.900.000
Resultado Diluído por Ação	0,27	0,27	0,26

3.2 - Medições não contábeis

Não se aplica

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

NÃO HOUVE OCORRENCIA DE EVENTOS SUBSEQUENTES

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais.

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2015

Lucro retido para amortização de prejuízos acumulados

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2016

Lucro retido para amortização de prejuízos acumulados

Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2017

Prejuízo que se soma aos prejuízos acumulados e ao patrimônio líquido negativo

a. Regras sobre retenção dos lucros

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão deliberar em Assembleia Geral e por proposta da administração a retenção de parte ou da totalidade do lucro líquido apurado para ser utilizado na amortização de prejuízos acumulados ou em investimentos.

No encerramento do exercício, a Diretoria deve fazer elaborar as demonstrações financeiras, encaminhando-as, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício, a apreciação do Conselho de Administração e submetendo-as à Assembleia Geral Ordinária.

b. Regras sobre distribuição

Por deliberação do Conselho de Administração, a companhia pode observado o disposto no artigo 204 e seus parágrafos da Lei 6.404/76:

a) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço;

b) levantar o balanço em período inferior a 1 (um) ano e, com base nele declarar dividendos.

Do resultado do exercício devem ser deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. O Lucro Líquido deve ter a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital realizado, conforme previsto em Lei;

3.4 - Política de destinação dos resultados

- b) 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, para o pagamento de dividendos a acionistas;
- c) o saldo restante será posto à disposição da Assembléia Geral, que poderá, no todo ou em parte, destiná-lo à conta de reserva geral.
- d) os dividendos serão colocados à disposição dos acionistas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da Ata da Assembléia Geral que houver deliberado a distribuição ou da reunião do Conselho de Administração que, igualmente, houver decidido a distribuição de dividendos antecipados.
- e) os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da sociedade (art. 287 Item II, alínea "a" da Lei 6.404/76).
- f) os dividendos para ações emitidas em aumento de capital efetivados no curso de exercício social poderão ser fixados e pagos, por deliberação da Assembléia Geral e/ou do Conselho de Administração, "pró-rata temporis".

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual

d. Restrições à distribuição

Não aplicável.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	-1.405.676,00	3.270.468,00	3.146.460,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,01	3.270.468,00	3.146.460,00
Data da aprovação da retenção		24/04/2017	29/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Preferencial	0,00		0,00		0,00	

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	141.811.836,00	Índice de Endividamento	2,41040000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		52.619.684,00	0,00	0,00	0,00	52.619.684,00
Total			52.619.684,00	0,00	0,00	0,00	52.619.684,00
Observação							

3.9. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “3”.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de Risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

Podemos não conseguir implementar totalmente nossa estratégia de negócios, como, proteger e fortalecer a marca Haga, atingir níveis superiores de qualidade, desenvolvimento e inovação de novos produtos.

Podemos não conseguir crescimento e rentabilidade sustentáveis em nossos mercados atuais e não identificar com êxito oportunidades em novos mercados e na expansão da rede de revendedores e de distribuidores de nossos produtos.

Não dispomos de capital de giro suficiente para garantia o crescimento e os investimentos necessários a modernização do parque fabril, dos processos de manufatura, de gestão e em novos produtos.

Em função do passivo recebido de administrações anteriores podemos ainda enfrentar contingências relativas a questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e de instituições financeiras, não identificadas.

Além de tudo temos o continuo desafio de identificar quais mudanças de comportamento dos consumidores que se não identificadas a tempo podemos não ser capazes de responder em tempo hábil, impactando assim na perda de mercado e de vendas.

Atuamos em segmento de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grande multinacional, o que poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Estas empresas oferecem uma grande variedade de itens que competem com a maior parte de nossos produtos.

Enfrentamos concorrência de pequenos produtores com boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal oferecendo preços mais baixos, o que poderá resultar na diminuição do volume de nossas vendas ou reduzir preços e margens, e surgir novos concorrentes, situação que pode causar efeitos adversos nas nossas atividades operacionais, na situação financeira e nos resultados operacionais.

A perda de colaboradores qualificados pode representar uma ruptura na continuidade do crescimento, negócios, produção e administração da Companhia.

Incêndios, danos causados por desastres naturais ou danos ambientais podem danificar as instalações e estoques. A falta de suprimento de energia elétrica ou de fornecimento de GLP, quebra de máquinas e de ferramentas podem provocar paradas de produção e de receita com efeito direto no resultado.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de sinistros pode não estar integralmente coberta por nossas apólices de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 2015, são assim demonstradas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Responsabilidade civil	1.840.000	1.640.000	1.486.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	17.547.000	17.057.000	15.900.000
Veículos	85.151	86.165	88.050
	19.472.151	18.783.165	17.474.050

b. ao Controlador

A responsabilidade solidária, o risco da não continuidade visto a falta de aporte tecnológico em tempo hábil em contraponto à escassez de capital de giro, interesses conflitantes em relação aos dos investidores em função da condição de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, tais como, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias, a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações e a falta de capital próprio para aportes futuros.

c. aos Nossos Acionistas

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender suas posições pelo preço e ocasião que desejam.

Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações poderá diluir a participação acionária dos investidores.

d. às Controladas e Coligadas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A descontinuidade das operações visto a falta de aporte tecnológico em tempo hábil em contraponto à escassez de capital de giro.

e. aos Fornecedores

Nossa exposição à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda podem afetar o nível de atividade da Companhia.

Adicionalmente, há dificuldades de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e comprometer os resultados.

f. aos Clientes

Podemos ser responsabilizados por incidentes com consumidores relacionados a reações adversas após o uso dos produtos que fabricamos.

Recessões econômicas podem afetar a demanda, interromper ou levar a substituição de nossos produtos por produtos de menor preço por parte de nossos atuais consumidores.

A maioria de nossos produtos está dirigido aos consumidores das classes sócio-econômicas B, C e D, é de certo que tais classes sócio-econômica apresentem maior potencial de crescimento de consumo em cenário macroeconômico favorável, mas também representam os segmentos populacionais mais vulneráveis em tempos de recessão econômica.

g. aos setores da economia em que o emissor atue

Não se aplica

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A regulamentação do setor é limitada ao Programa Brasileiro da Qualidade e da Produtividade do Habitat “PBQP-H” do Ministério das Cidades.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não se aplica

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados

Objetivando minimizar os riscos a Companhia pratica constantes acompanhamentos e análises dos riscos aos quais possa estar exposta e que possa afetar seus negócios, a sua situação financeira e os resultados das operações de forma adversa.

O monitoramento do cenário macro-econômico e setorial, da oferta e da procura, são imprescindíveis para a tomada de decisão. A Companhia adota como política a disciplina financeira, a conservação do caixa e a manutenção de estoques reguladores.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o Emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (II) que sejam relevantes para os negócios da Emissora ou de suas controladas:

Na data da emissão do presente relatório de referência, não identificamos qualquer ação judicial ou processo administrativo individual pendente, se decidido de maneira desfavorável, poderá causar efeito sobre a nossa atividade.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do Emissor Companhia ou de suas controladas

2007.037.002204-2 (3ª Vara Cível de Nova Friburgo):

Autora: **HAGA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Réu: **THEODOR HEPP**

Natureza: Cível – Responsabilidade civil/Indenização por dano material

Esfera: Judicial

Situação: Afastada a prescrição alegada pelo réu em recurso de apelação a favor da HAGA, os autos retornaram ao primeiro grau. Está em fase de produção de provas. Houve condenação do Réu a pagar multa de R\$ 14.000,00. Fase de Penhora premonitória em favor da HAGA. Sentença proferida. Pedido parcialmente procedente para condenar o Réu a indenizar a Autora pelos prejuízos sofridos decorrentes da falta de recolhimento de IPI e IRRF. Apelação do Réu improcedente. Sentença condenatória transitada em julgado em fase de execução de sentença.

Valor da Causa: R\$: 1.430.742,88

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Até a presente data, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o Emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7. Outras Contingências Relevantes.

A Companhia não possui outras contingências relevantes.

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificando:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável.

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável.

c. hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável..

d. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

a) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e a diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Mercado interno	3.771.496	4.457.718	5.509.635	6.258.316
Estimativa para perdas em crédito	(236.171)	(225.151)	(250.316)	(228.922)
Total	<u>3.535.325</u>	<u>4.232.567</u>	<u>5.259.319</u>	<u>6.029.394</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Abertura por idade e vencimento:				
A vencer	2.790.434	3.470.720	4.165.102	5.040.215
Vencidos até 30 dias	150.896	341.623	282.930	486.297
Vencidos de 31 a 60 dias	47.443	33.019	81.096	72.061
Vencidos de 61 a 90 dias	22.806	11.163	46.843	18.573
Vencidos acima de 91 dias	<u>759.917</u>	<u>601.193</u>	<u>933.664</u>	<u>641.170</u>
Total	<u>3.771.496</u>	<u>4.457.718</u>	<u>5.509.635</u>	<u>6.258.316</u>

b) Risco a valor de mercado dos instrumentos financeiros

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. Nos anos de 2017, 2016 e 2015 o saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50%. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado pelo emissor adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando.

a. riscos para os quais se busca proteção:

Risco de Crédito

Periodicamente avaliamos a sistemática de concessão de crédito e as fontes de consulta objetivando a redução da exposição.

Risco de Mercado

Acompanhamento dos indicadores fornecidos pela ABRAMAT e pela Confederação Nacional do Comércio, entre outros, que possam nos fornecer avaliação geral e a tendência do segmento que possa impactar no nível da atividade.

Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

Risco de Taxa de Câmbio

Não temos exposição relevante a taxas de cambio.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

Não aplicável.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

Não aplicável

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

A administração desses riscos é realizada por meio indicadores e definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, com controle, acompanhamento sistemático, alçada e limite de crédito.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

Não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

A Companhia mantém um setor específico para crédito e cobrança, outro para contas a pagar, caixa, tesouraria, controle bancário e fluxo de caixa.

Cabe a Diretoria o exame, a liberação de normas e procedimentos, controle e gestão dos riscos, não havendo qualquer alteração significativa nos principais riscos a que estamos expostos ou na política de gerenciamento no último exercício social.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Em função dos recursos existentes e do porte da Companhia a estrutura e controle internos se encontram adequados no limite das disponibilidades.

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotadas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado e na política de gerenciamento.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não efetuou nenhuma transação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e de 2015, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

Outros riscos aos quais estamos submetidos são os riscos regulatórios e fatores macroeconômicos; historicamente em momentos de crise econômica o setor da construção civil é o primeiro a sofrer retração e o último a sair.

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Alterações Significativas

Não houve alterações significativas.

A Companhia não efetuou nenhuma transação, especialmente durante os exercícios findos nos três (3) últimos anos, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

Outros riscos aos quais estamos submetidos são os riscos regulatórios e fatores macroeconômicos; historicamente em momentos de crise econômica o setor da construção civil é o primeiro a sofrer retração e o último a sair.



de riscos e controles internos

Não se aplica

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	10/05/1946
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anonima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	01/07/1988

6.3 - Breve histórico

6.3. Histórico da Companhia

- a) A **HAGA** foi fundada em 01 de abril de 1937, na cidade de Nova Friburgo, RJ, pelo engenheiro civil **Hans Gaiser**, imigrante de origem alemã, empreendedor, que percebeu a oportunidade de produzir ferragens no Brasil em função do grande desabastecimento que estava ocorrendo face ao fechamento das importações oriundas da Europa no período pré-segunda guerra Mundial.
- b) Diante da nova realidade, junto com o seu sobrinho **Frederico Sichel**, deram início a produção de Fechaduras e a montagem de uma Fundição, a primeira no país, de ferro maleável branco.
- c) A capacidade empreendedora de seus fundadores aliada à tecnologia que trouxeram, permitiu que, nas décadas de 50 a 80, a **HAGA** se transformasse em uma importante indústria com uma produção diversificada e de qualidade para os mais diversos mercados, tais como: autopeças, peças de ferro fundido para produtos e indústria de bens de capital, fechaduras para a construção civil, ferragens para a indústria naval, etc., a seguir:
 - Em 1952 foi a primeira Fundição do Brasil a mecanizar seu Sistema de Preparação de Areia, passando a suprir outras indústrias com peças de ferro fundido, como as de Máquinas de Costura, Máquinas de Escrever, de Motores a Explosão, Compressores para Geladeiras, Bombas de Gasolina, etc.;
 - Em 1968 a **HAGA**, junto com técnicos e sócios montou a primeira empresa do Estado (hoje, a Temperaço), especializada no tratamento térmico de Aços e Metais com o objetivo de atender a crescente demanda do Setor Automobilístico.
 - Em 1975 a **HAGA** participou de uma “joint venture”, que permitiu trazer a Indústria Iwega para o Estado do Rio de Janeiro, com participação de 50% no Capital;
 - Em 1979 a **HAGA** comprou a Sociedade Industrial de Mecânica (hoje, a Enquip) com o objetivo de fornecer as peças de Ferro Fundido já usinadas;
 - Em 1982 a **HAGA** deu início a Nacionalização de importados direcionados as Instalações de Gás Natural para consumo industrial, como Reguladores, Medidores e Válvulas, "know How" totalmente absorvido e aprovado pela Petrobrás, CEG, Comgás, etc.;
 - Em 1986 teve aberto o seu capital e suas ações negociadas nas Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo;

6.3 - Breve histórico

- Em 1987 com base no planejamento Estratégico do Ministério de Minas e Energia, que previa uma grande demanda nas Instalações dos equipamentos para medição e controle de Gás Natural, a **HAGA** inaugurou a Fábrica Hagagás. Nesta ocasião, a empresa comemora seus 50 anos, vale dizer, glória e orgulho de Nova Friburgo com seus mais de 1200 funcionários.

d) Do declínio;

- Lamentavelmente, em 5 de dezembro de 1989, como desfecho de um período de uma administração temerária e negligente, a Companhia requereu Concordata Preventiva, regime no qual ainda se encontra.

- Em 8 de março de 1991 os acionistas da família Sichel, detentores do controle acionário da Companhia, venderam 72,7% do capital votante da **HAGA** para a Latrad Comercial Ltda.

- Em Fevereiro de 1992 o então controlador da **HAGA** vendeu o principal e mais rentável negócio, a divisão de Fechaduras e Cilindros para Automóveis, única fornecedora nacional para a Ford, Mercedes Benz, Volkswagen e Volvo, com contratos de fornecimento exclusivos para toda a América Latina, venda realizada a vista para um grande grupo de Autopeças.

- Com a venda realizada e concretizada e o respectivo pagamento, a promessa dos Administradores era de colocar as contas em dia inclusive os salários, encargos sociais e fornecedores, e tudo levava a crer que a companhia voltaria a operar normalmente.

- Em 29 de julho de 1992 a Latrad e os funcionários da **HAGA**, então representados pelo Presidente de seu Sindicato, assinaram um contrato no qual a Latrad, em caráter irrevogável e irretratável, prometeu transferir aos funcionários da Haga, sem ônus, a totalidade das ações ordinárias da Haga então de propriedade da Latrad, representativas de 72,7% do capital votante da Empresa.

- Em **14 de outubro de 1992**, em Assembléia Geral dos funcionários da **HAGA**, foi constituída, sob a forma de sociedade civil, a "**Associação dos Funcionários de Ferragens Haga S/C**", tendo como finalidade deter e controlar o capital acionário da Companhia na sua qualidade, para esse efeito, de sucessora das pessoas físicas dos funcionários da empresa, substituindo-os na propriedade das ações.

- Nos últimos meses de 1992 e até julho de 1993 a **HAGA** e a **Associação** deram prosseguimento a verdadeira batalha judicial através da qual intentaram haver o cumprimento das obrigações da Latrad. Esse contencioso judicial levou as partes, sob a presidência da Meritíssima Juíza da 1a. Vara Cível, a Dra. Cristina Mary Moura Ribeiro, a negociarem um Acordo judicialmente homologado e já cumprido para o

6.3 - Breve histórico

efeito de formalizar a transferência à Associação daquele bloco de 72,7% das ações ordinárias da **HAGA**.

- O endividamento da **HAGA** junto a bancos, fornecedores e a outros credores privados assim como às autoridades tributárias e previdenciárias, foi o resultado calamitoso da má gestão da empresa, já relatada anteriormente, durante pelos menos os 10 anos que antecederam a assunção definitiva do controle acionário da Companhia pelos seus funcionários.

- Com efeito, os funcionários da **HAGA** receberam através de sua **Associação** o controle acionário de uma empresa impossibilitada, não somente de pôr em dia, em curto prazo, suas obrigações junto a bancos, a fornecedores e ao Fisco, mas também com seu crédito abalado e com seu mercado comprador debilitado.

e) Da recuperação;

- Com determinação e extraordinários esforços os empregados empresários, passaram a tomar uma série de **medidas**, a seguir:

- Restabelecimentos da ordem jurídica e estatutária da Companhia;

- Programa de redução de custo e adequação do quadro de funcionários a nova realidade, com melhoria contínua de todos os processos fabris e administrativos;

- Empenharam-se de maneira exemplar em recuperar, eles mesmos, a sua fábrica com sensível economia de recursos;

- Restabelecimento da credibilidade junto aos fornecedores de insumos e serviços;

- Retomar o mercado assumindo eles mesmos funções de vendedores dos produtos **HAGA** junto a casas comerciais que negociam no ramo de ferragens;

- Programa de recuperação do parque fabril, com investimento em novos equipamentos, recuperação e modernização dos existentes e automações de baixo custo;

- Investimentos em treinamento e capacitação da mão de obra, em conhecimentos gerais, em aplicação e conhecimentos de informática assim como cursos profissionalizantes;

- Revitalização da marca, divulgação dos produtos em ponto de venda, participação em feiras e exposições, publicações em revistas especializadas, apoio a engenheiros e arquitetos;

6.3 - Breve histórico

- Composição, pagamento e parcelamento dos débitos mais críticos à condução dos negócios;
- Cumprimento de todos os compromissos da Companhia mantendo a competência em dia, trabalhista, previdenciária, tributária, e de suprimento.

DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS APÓS A INVESTITURA DA ATUAL DIRETORIA, EM 1994.

- I. Depósito Judicial, em 1997, da segunda e última parcela da concordata;
- II. Acordo em 1997, para pagamento em 15 anos renovável com o Banco do Brasil, maior credor não quirografário, da Companhia;
- III. Pagamento a credores bancários: Bradesco, Itaú, Banco Noroeste, Banco Hércules, Banco Rural, Banco Mercantil do Brasil e BD-Rio.
- IV. Opção pelo REFIS, em 2000, parcelamento e regularização de todos os tributos, contribuições e taxas federais, que vem sendo cumprido na íntegra; (Anexo V).
- V. Parcelamento, em 1999 do débito referente ao FGTS não depositado entre 1988 e 1993;
- VI. Pagamento e liquidação de aproximadamente 600 (seiscentas) reclamações trabalhistas;
- VII. Acordos, parcelamento e liquidação de débitos junto a fornecedores de insumos e serviços;
- VIII. Pedido e deferimento de Parcelamento do débito referente ao ICMS, com base no convênio ICMS 86/97, da parcela correspondente a Secretaria de Estado da Fazenda e da Procuradoria ;
- IX. Regularização da situação fiscal junto a Municipalidade;
- X. 21 de agosto de 2009, renovação do Acordo de pagamento com Banco do Brasil, re-ratificado em 23 de nov.de 2011, nos termos divulgados através de fato relevante.
- XI. Em 30 de maio de 2012, expedida certidão do trânsito em julgado da sentença judicial que declarou cumprida integralmente as obrigações de concordatária determinando, por conseguinte, a extinção das responsabilidades como tal.
- XII. Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Banesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª.

6.3 - Breve histórico

Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de 2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, aguarda pronunciamento da Massa Falida do credor declarando a quitação de eventuais débitos remanescentes . Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não se aplica

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos.

Não se aplica

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumaria das atividades desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A companhia tem por objetivo social a fabricação, comércio, importação e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres., inclusive de plástico e papelão, e, bem assim, atividades agropecuárias e reflorestamento. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil, que atua no segmento metal mecânico.

A operação desenvolvida , tanto na planta industrial localizada na sede da Companhia, como na da sua subsidiária integral, tem o foco principal na produção, comercialização e distribuição de Fechaduras, Cadeados, Dobradiças e Ferragens para a Construção Civil, com atuação em todo o território nacional e em alguns países da América Latina.



idades de economia mista

Não se aplica

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações.

a. produtos e serviços comercializados:

A Haga dispõe de uma extensa linha de Fechaduras, dobradiças e cadeados para a Construção Civil, que atende desde o segmento de Média alta até a de baixa renda, com aplicação residencial, comercial e industrial.

As fechaduras de embutir tipo externa, interna e banheiro, para portas de madeira, aço e alumínio, são desenvolvidas com base na norma técnica NBR 14913, para tráfego moderado, médio e intenso, com diferentes graus de segurança e de resistência a corrosão.

b. receita proveniente do segmento e sua participação em nossa receita líquida:

A receita apurada nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, se refere ao único segmento em que a Companhia atua.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação em nosso lucro líquido:

O lucro ou prejuízo apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, se refere ao único segmento em que a Companhia atua.

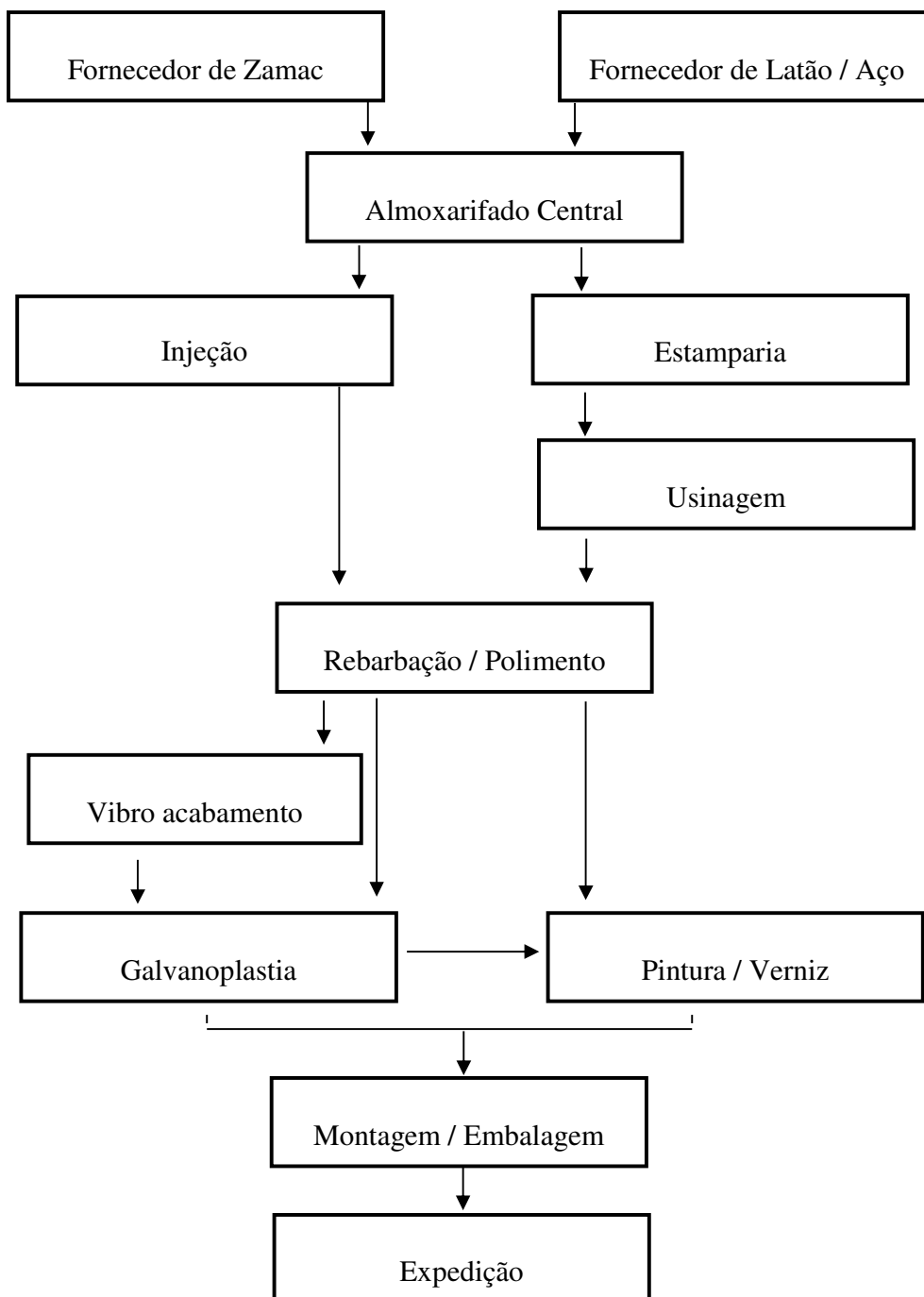
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos Produtos e Serviços descritos acima, descrever.

a. características do processo de produção:

O processo de produto consiste na transformação de ligas metálicas como aço, zamac e latão em peças e componentes através de processos de estamparia, injeção, usinagem, lixamento, polimento, pintura, tratamento galvânico, montagem e embalagem em caixas de papelão.

Fluxograma e descrição do processo de transformação.



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b. características do processo de distribuição:

O processo de distribuição é através de venda direta a Indústria da Construção Civil, fabricantes de portas de madeira, aço e alumínio, comércio varejista no segmento de material de construção e Home Center. O processo de distribuição se dá através de operadores logísticos terrestre com entrega ponto a ponto, da Haga ao intermediário.

c. características dos mercados de atuação:

O principal mercado de atuação da Companhia é o comércio varejista de materiais de construção, que atende principalmente o consumidor que constrói, reforma e amplia a sua própria moradia, no segmento de média renda.

i.. participação em cada um dos mercados:

Distribuição das Vendas - 2017

Região	%
Sul	4,85%
Sudeste	78,86%
Centro Oeste	4,76%
Nordeste	9,81%
Norte	1,30%
Exportação	0,42%
TOTAL	100,00 %

Distribuição das Vendas - 2016

Região	%
Sul	5,99%
Sudeste	75,26%
Centro Oeste	6,05%
Nordeste	11,27%
Norte	0,74%
Exportação	0,69%
TOTAL	100,00 %

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Distribuição das Vendas - 2015

Região	%
Sul	4,64%
Sudeste	72,25%
Centro Oeste	6,98%
Nordeste	14,75%
Norte	0,77%
Exportação	0,61%
TOTAL	100,00%

ii. condições de competição nos mercados:

O segmento de mercado em que atuamos é altamente competitivo e enfrentamos concorrência de outras empresas sólidas e de maior porte, com presença tanto no mercado nacional quanto internacional, tais empresas apresentam uma maior variedade de produtos que competem com a maior parte de nossas linhas de produtos.

A Companhia ainda está exposta a concorrência de pequenos fabricantes que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado informal e, desta forma, podem oferecer preços mais competitivos que os nossos.

d. eventual sazonalidade:

Especificamente no comércio varejista de material de construção e Home Center, tem apresentado maior demanda no segundo semestre de cada ano.

e. principais insumos e matérias primas:

i. descrição da relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental:

Na data deste Formulário de Referência não apresentamos níveis elevados de dependência com relação a insumos e matérias primas fornecidos por nossos fornecedores. Nosso relacionamento com fornecedores não está sujeito a controle ou regulamentação governamental específica.

Principais fornecedores: - Material

Atotech do Brasil Galvanotécnica Ltda. – Produtos Químicos
 Cia. Metalúrgica Prada - Bobinas de aço
 Votorantim Metais Zinco S/A. – Zamac e Níquel
 Inox – Tech Com de Aços Inoxidáveis Ltda.- aço inoxidável
 Weg Indústrias S/A. – Tintas e Vernizes

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Paranapanema S A - Tiras e barras de latão
Termomecânica São Paulo S/A. – Tiras e barras de latão

ii. eventual dependência de poucos fornecedores:

Não relevante

iii. eventual volatilidade em seus preços:

Os principais insumos derivados das ligas não ferrosas como zinco, alumínio, cobre, níquel e aço, estão sujeitos a variação de preços em função do dólar do dia e a cotação na Bolsa de Metais de Londres – insumos de uso intensivo em nossos produtos com impacto direto no custo dos produtos.

7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.**a. montante total de receitas provenientes do cliente:**

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente:

Não se aplica.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da Regulação Estatal sobre as Atividades do emissor.

a. **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:**

A regulação estatal no nosso segmento de atuação está limitada a Emissão da Licença de Operação e ao Cadastro Técnico Federal no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis.

Em 03 de Dezembro de 2014 a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável - SSPLMCA, por meio do convênio firmado com o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, expediu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO LO nº 0260/2014, com validade até 03 de Dezembro de 2019.

[Outorga de Direito de Recursos Hídricos para Indústria/Mineração, nº da declaração 58376 conforme exigido pela Resolução nº 210 da Agência Nacional de águas – ANA.](#)

A empresa possui projeto contra incêndio e pânico (1233/86) devidamente aprovado pelo CBMERJ-60 GBM/Nova Friburgo, protocolo nº DST0406_e licença da Polícia Federal – Divisão de Controle de Produtos Químicos – nº 0009146-4, da Polícia Civil – Divisão de fiscalização de armas e explosivos – nº 151-L/2 e do Ministério da Defesa – Exército – nº 1038.

b. **política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento e custos incorridos para o cumprimento ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:**

Nossa Política Ambiental

O parque industrial da HAGA está localizado em meio ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Preservar, respeitar e conviver em harmonia com o meio ambiente é mais do que uma obrigação, é uma prioridade da HAGA e um compromisso com as gerações futuras.

O uso racional da água foi implantado há vários anos. O tratamento da água, bem como do ar oriundo dos sistemas de exaustão faz parte da política ambiental da empresa. A HAGA define sua gestão sobre os resíduos de acordo com o princípio dos três "Rs": reduzir, reciclar e reutilizar.

Aplicamos coleta seletiva, reciclagem e a correta destinação dos resíduos perigosos, além de palestras e eventos objetivando despertar o respeito ao meio ambiente.

Embora atendendo a regulamentação brasileira do meio ambiente, não aderimos a padrões internacionais ambientais.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia não apresenta custos relevantes para obtenção das autorizações ambientais para o exercício de seus negócios junto à administração pública competente.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

Não há qualquer dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties

7.6. Receitas relevantes oriundas de outros países, identificando.

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia:

A Companhia não obtém receitas relevantes em outros países que não o Brasil.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia:

Não aplicável.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

Não aplicável.

7.7. Informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação estrangeira e de que modo tal sujeição afeta nossos negócios.

Não estamos sujeitos a regulação estrangeira.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Políticas Socioambientais

A Haga S.A. não publica relatório de sustentabilidade ou integrado em razão do porte da empresa, do segmento inserido, da complexidade, dos custos e controles que tal relatório impõe, e ainda por apresentar no Relatório de Referência nos item 7.1 ao 7.5, toda a descrição das atividades, produtos comercializados, descrição detalhada do processo de produção, materiais e insumos utilizados, riscos envolvidos, efeitos relevantes de regulação e da atividade da Companhia bem como a política Ambiental adotada.

7.9. Outras Informações Relevantes.

A reestruturação da programação visual da marca e lançamento continuado de produtos com apelo ao Design, bem como ações de promoção e exposição, tem sido e continuará sendo determinante para o crescimento da Companhia.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia, indicando:

a. controladores diretos e indiretos

Não se aplica

b. controladas e coligadas

O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações financeiras individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e; cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	
	31.12.2017	31.12.2016
Totais de ativos e Passivos	10.918.289	9.821.538
Total de Receitas	14.646.775	14.341.052
Lucro do Exercício	5.896.445	5.822.212
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	2.972.222	2.935.106
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	2.972.222	2.935.106
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos distribuídos/recebidos)	2.948.222	2.911.106
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro	2.972.222	2.935.106

8.1 - Negócios extraordinários

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

Não se aplica.

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

Não se aplica.

e. sociedades sob controle comum

Não se aplica.

8.2. **Organograma Societário**

Não se aplica

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não se aplica

8.4. Outras Informações que julgamos relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “8”.

9.1. Outros bens relevantes do ativo não circulante:

Não dispomos de outros bens relevantes do ativo não circulante.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Predio Industrial-	Brasil	RJ	Nova Friburgo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Patentes	NAO SE APLICA	NAO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	12.093.443/0001-53	-	Controlada	Brasil	RJ	Nova Friburgo	INDUSTRIALIZAÇÃO, MONTAGEM, EMBALAGEM, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTEFATOS DE METAL, PLASTICO E PAPELÃO	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	4.906.605,00	Valor contábil		31/12/2017	2.972.222,00	
31/12/2016	0,000000	0,000000	5.868.466,68					
31/12/2015	0,000000	0,000000	9.145.748,68					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
ESTRATÉGIA COMERCIAL								

9.2. Outras Informações Relevantes:

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Opinião dos Diretores sobre:

10.1 - Opinião dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haga S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o resultado de suas operações, as mutações do seu passivo a descoberto, os seus fluxos de caixa e seus valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia apresentou em 31 de Dezembro de 2017, um crescimento do Ativo Circulante Consolidado de R\$ 46.421.659 em 2016 para R\$ 48.760.019 em 2017 e, no Passivo Circulante Consolidado, de R\$ 24.886.518 em 2016 para R\$ 26.143.003 em 2017; situação que sinaliza uma manutenção nos indicadores da Companhia. O índice de liquidez corrente, que foi de 1,65 no ano de 2015 e de 1,87 em 2016, no ano de 2017 fechou em 1,865, praticamente o mesmo índice do ano anterior, indicando que, apesar das dificuldades presentes na economia brasileira, a administração da companhia consegue manter e preservar seu caixa.

O Patrimônio Líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, que vinha se apresentando num processo de regressão, volta a subir em função do prejuízo ocorrido no exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017, porém, com tendência de ser revertido em longo prazo, pelo resultado da aplicação das seguintes medidas: 1 - Em função de repactuação do passivo; 2 - Pela retenção de lucros.

Oportuno mais uma vez destacar, como já dito anteriormente, o aumento da carga tributária decorrente da majoração de alíquotas, da incidência da Substituição Tributária no âmbito do ICMS, da instituição de novas taxas e tarifas, da contínua redução de benefícios fiscais, do incremento do ICMS para as operações de venda a não contribuintes para fora do Estado, tais como Construtoras - com impacto direto no fluxo de caixa da companhia dado especialmente ao recolhimento antecipado de tal tributo, assim como, o aumento do FECP - "Fundo Estadual de Combate a Pobreza", majorado em 50% - passando de 2% para 3%.

Consolidado	2017	2016	2015
Capital de Giro	22.6187.016	21.535.141	15.790.424
Índice de Liquidez Corrente	1,865	1,865	1,650
Caixa	38.511.308	36.063.173	29.086.130
Prejuízos Acumulados	(101.941.176)	(100.535.500)	(103.805.968)
Patrimônio Líquido	(82.977.953)	(81.572.277)	(84.842.745)

O Custo do Produto Vendido de 70,37 % sobre a Receita Líquida em 2017 contra 65,37 % em 2016, reflete os aumentos de custos ocorridos fortemente nas matérias primas, nos insumos e na Mão de Obra impactada pelo acordo coletivo da categoria, assim como, a impossibilidade de repassá-los aos preços de venda face à grave recessão econômica e fragilidade do mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Consolidado	2017	2016	2015
Custo do Produto Vendido	17.178.673	17.307.448	19.360.648
Receita Líquida	24.410.448	26.475.364	29.639.628
CPV / Receita Líquida	70,37%	65,37%	65,32%

O mercado de commodities metálicas, como Alumínio, Cobre, Níquel e principalmente do Zinco, insumos de uso intensivo em nossos produtos, tende apresentar alta volatilidade, com nível de preços sensíveis aos movimentos da economia mundial, além da variação cambial.

As despesas com vendas se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R\$ 3.486.596, 14,28% da receita líquida em 2017 contra R\$ 3.388.428, 12,80% da receita líquida em 2016, assim como, igualmente analisadas sobre a receita líquida, as despesas Administrativas e Gerais de R\$ 3.588.792 (deduzidas de R\$ 1.658.824, valor excedente do provisionado em períodos anteriores, por condenação em Processos Judiciais – vide item 1 acima), 14,70% no ano de 2017 e R\$ 3.524.356, 13,31% no ano 2016, ambas situadas em patamares condizentes com o porte e com o nível de atividade da Companhia.

Todos os bens adquiridos nos últimos 5 anos encontram-se desembaraçados e livres de quaisquer ônus, ao contrário daqueles outros anteriores, comprometidos em garantia de execuções fiscais.

	2017	2016	2015
Compras de Imobilizado	1.027.332	760.159	924.414

Utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua amortizando dívidas contraídas em administrações anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas maiores necessidades de recursos são para: (i) pagamento dos custos dos produtos vendidos; (ii) cumprimento do cronograma de pagamentos de acordos judiciais e administrativos; (iii) pagamento dos impostos diretos e indiretos relacionados as nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

A principal fonte de recursos é o caixa gerado por meio da atividade operacional.

Acreditamos que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para as necessidades de liquidez dos compromissos financeiros e a administração do passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos para os próximos 12 meses.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia só utiliza a sua própria geração de caixa como a única fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro para o corrente exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Bancos Privados	22.112.285	21.562.191 a
Banco do Brasil S/A	30.507.399	30.807.277 b
	52.619.684	52.369.468
Parcelas de curto prazo	(22.262.224)	(21.712.130)
	30.357.460	30.657.338

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução nº 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e nº 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de 2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, aguarda pronunciamento da Massa Falida do credor declarando a quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento, foi objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação nos autos da Execução nº. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1ª.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2ª.) ao final, cumpridas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

as condições ora estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 149.939 .

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

g. **limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Atualmente a Companhia não opera com a utilização de limites de financiamentos contratados.

h. **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Não houve alterações relevantes no conjunto das demonstrações financeiras.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar resultados das operações do emissor, em especial: i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macroeconômico:

Cenário Macroeconômico:

O nível de atividade da Companhia reflete os indicadores da Economia Brasileira e, em especial, o desempenho da indústria da construção civil.

As vendas de materiais de construção, que apresentaram uma queda de 6,6% no ano de 2014 em relação a 2013, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção "ABRAMAT", Jornal Valor Econômico de 23.01.2015, voltaram a cair no ano de 2015, apresentando uma queda de -12,6 %, (Descontada a inflação), no ano de 2016, de acordo com o IBGE, no varejo ampliado, que inclui material de construção, as vendas apresentam uma retração de mais -9,8 %, de acordo com o Jornal Valor Econômico de 23 de Dezembro de 2016, cenário que permaneceu no ano de 2017, como confirma o indicador consumo de cimento, uma queda de 6,4 % no volume vendido no ano, de acordo com os dados divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC), ao Jornal Valor de 11.01.2018.

O ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial, Ano 19 - Número 12 - dezembro de 2017, em 52,9 pontos, vem demonstrar um cenário de otimismo com a recuperação econômica do Brasil, quando comparado com o índice de 48,0 de dezembro de 2016. A capacidade instalada da indústria passou a registrar melhores indicadores, com 78,1% de ocupação em janeiro de 2018, conforme Indicadores Indústrias- Ano 26 Numero 1 da CNI, na série livre de influências sazonais, um crescimento de 0,6 p.p. acima do registrado em janeiro de 2017 e, é o maior desde julho de 2015.

O Banco Central deverá continuar atuando na política monetária através da taxa de juros, com o objetivo de manter o regime de metas sobre a inflação. Tal política poderá afetar positivamente a expectativa de crescimento do PIB, cuja projeção para o ano de 2018 é positiva: + 2,8 %, conforme relatório Focus - Banco Central do Brasil - Janeiro de 2018.

Os subsídios ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinados a favorecer a aquisição da casa própria por uma camada maior da população, objeto de revisão permanecem indefinidos no curto prazo.

O custo da matéria prima segue pressionando o desempenho da indústria, acompanhado da elevada carga tributária e do seu complexo sistema de arrecadação, principalmente em relação ao regime de substituição tributária e ICMS estado destino, na operação de venda a consumidores finais ou equivalentes, no nosso caso, as "Construtoras".

Cabe continuar destacando o alto grau de informalidade existente no mercado da construção civil, R\$ 10 bilhões/ano, segundo a Abrammat "Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção", matéria do observatório da Construção da FIESP em janeiro de 2017, como também a concorrência desleal dos produtos de origem Chinesa, similares aos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nacionais, os quais apesar da apreciação cambial carregam forte impacto negativo no Nível das atividades da Companhia.

Assim, sob tal cenário, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente de que, dentre os diversos fatores, atores e agentes envolvidos no seu negócio, "o Mercado de hoje só visa preço".

A cotação internacional "Bolsa de Londres - LME" das commodities metálicas como o Zinco, somado a majoração nos preços dos principais insumos, principalmente aço, e preços administrados pelo governo, continuarão provocando impacto no custo do produto vendido.

Os preços do setor caracterizam-se por variações graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) variações no custo do produto vendido - matéria prima - mão de obra e energia elétrica; e (II) aumento ou redução na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento, grau de confiança na política econômica, oferta de crédito ou ainda em função da capacidade de endividamento da população economicamente ativa.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não houve variações relevantes das receitas atribuídas a preços, taxa de câmbio, inflação e introdução de novos produtos; a variação ocorrida se deu em função da grande retração da atividade econômica no Brasil, -3,6 % no PIB e -6,6% na Produção Industrial no ano de 2016 = "Quadro síntese de Projeções - Focus Banco Central do Brasil- Março 2017", situação que ainda reflete na indústria da Construção Civil, tendo o setor de material de construção apresentado uma retração de 5%, em 2017, com as vendas para o canal "construtoras" representando uma queda de 15%. "Projeção FGV - ABRAMAT - Jornal Valor de 11.01.2018".

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 houve impacto significativo de inflação sobre o Custo de insumos, o qual apresentou sua participação sobre a receita líquida de 32,76%, contra 30,35% em 2016, um incremento de 7,94% no custo geral dos insumos. Cambio e Juros se mantiveram com impacto neutro no exercício.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Opinião dos Nossos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não relevante

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício do ano de 2017 não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRSS" OU "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS - IASS"), EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD - IASB "

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As políticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente com todos os períodos apresentados em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 não ocorreram efeitos significativos que mereçam destaque.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

No entender da Administração da Companhia, inexistem perspectivas futuras que possam justificar estimativas contábeis sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira e custos de recuperação ambiental.

A Administração entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

Também a Companhia, não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas matérias primas principais consistirem em “*comodities*” em estado primário e de alta liquidez.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência, para clientes, de riscos, direitos e obrigações associadas aos produtos.

II – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

III - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

IV – Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

V – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

10.5 - Políticas contábeis críticas

VI- Investimentos e empresas controladas:

O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.

VII- Outros Investimentos

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP-Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

VIII- Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

IX - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação específica vigente.

XI - Empréstimos e financiamentos:

Os financiamentos com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

XII - Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

XIII - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

XIV - Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

XV- Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes não cabendo desta forma a realização de ajustes.

10.5 - Políticas contábeis críticas

XVI - Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

XVII - Lucro (Prejuízo) por ação:

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.6. Opinião dos diretores sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições nos controles internos da Companhia.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram detectadas deficiências nos controles internos, não havendo recomendações relevantes dos auditores independentes em seus relatórios.

10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados

Não se aplica, não houve oferta publica.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2017, na ordem de R\$ 1.027.332 (Um milhão, vinte e sete mil, trezentos e trinta e dois reais), foram destinados, na quase totalidade, para a manutenção do parque fabril, em substituição a máquinas e equipamentos obsoletos e deteriorados, objetivando aumentar a produtividade e a eficiência, assim como, atender as normas de segurança do trabalho "NR12".

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não teve desinvestimentos nos últimos exercícios sociais, bem como, não tem previsão para tal em 2018 .

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção; as instalações atuais ainda são capazes de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, em razão de não haver novos produtos e serviços em desenvolvimento. No limite da capacidade de investimento desenvolvemos constantemente atualizações de modelos complementares a nossa linha de produtos como parte de renovação e melhoria de nosso portfólio de produtos, não havendo pesquisa em andamento, tampouco investimentos consideráveis.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem no balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem no balanço patrimonial.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem no balanço patrimonial.

11.1 Projeções e Estimativas

a. objeto da projeção

Não aplicável.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

Não aplicável.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável.

11.2 Projeções sobre os últimos 3 exercícios sociais.

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

Não aplicável.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido em seu estatuto social e regimento interno.

a. atribuições de cada órgão:

Compete ao Conselho de Administração, além das deliberações previstas em Lei:

- I) orientar a Diretoria e supervisionar as atividades da companhia;
- II) aprovar o relatório anual da Diretoria e a Proposta de Destinação dos Lucros Sociais;
- III) autorizar a Diretoria a renunciar a direitos, a transigir, a dar avais e fianças em favor de terceiros, a alienar, a hipotecar, ou de qualquer forma onerar bens do ativo permanente da companhia, desde que de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais);
- IV) avocar, a qualquer tempo, o exame das atividades específicas da companhia, em qualquer setor, e sobre elas expedir normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria;
- V) eleger e destituir os Diretores da companhia, fixar-lhes atribuições e estabelecer os respectivos limites de competência e de decisão;
- VI) escolher o substituto, em caso de vaga de cargo de Diretor;
- VII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários;
- VIII) aprovar condições especiais de contratação para o exercício de funções de Diretor;
- IX) autorizar a associação da companhia a outras sociedades;
- X) abrir ou encerrar filiais ou escritórios, em qualquer ponto do território nacional;
- XI) Convocar Assembléia Geral no caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Compete à Diretoria

- I) realizar a administração ordinária dos negócios sociais, adotando as medidas e providências necessárias ao, eficiente e regular funcionamento da companhia, na estrita conformidade do disposto no estatuto social.
- II) cumprir e fazer cumprir, mesmo por ato isolado dos Diretores, a Lei, o Estatuto, as deliberações da Assembléia Geral e as determinações do Conselho de Administração, assim como todos os contratos e obrigações e responsabilidade da companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

III) apresentar à Assembléia Geral o relatório da administração, após sua aprovação pelo Conselho de Administração, na forma do disposto no artigo 24º do estatuto social;

IV) transigir, renunciar a direitos, deliberar sobre a aquisição de bens móveis e/ou a constituição de ônus reais sobre esses bens, com observância do disposto nos Artigos 24º e 32º do estatuto social.

As matérias de interesse da companhia, ainda que postas sob a deliberação da Diretoria, deverão ser encaminhadas, pelo Diretor Presidente, à apreciação e decisão do Conselho de Administração.

Compete ao Conselho Fiscal cujo funcionamento não é permanente sem prejuízo das competências disciplinadas em lei:

I) em sua primeira reunião, eleger o seu Presidente.

II) comunicar previamente as faltas ou impedimentos ocasionais e serão substituídos pelo respectivo suplente.

III) reunir-se ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo as convocações feitas pelo Presidente, por iniciativa própria, ou atendendo a pedido de qualquer de seus membros.

IV) registrar as deliberações tomadas pelo voto da maioria dos presentes em Ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal.

V) dirigir os pedidos de esclarecimentos ou informações, por parte do Conselho Fiscal ou de seus membros, por escrito, diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, ou na sua ausência, ao seu substituto legal, encaminhadas e respondidas através do Presidente do Conselho Fiscal.

VI) adotar as medidas e providências necessárias ao eficiente e regular funcionamento do Conselho, a estrita conformidade ao disposto no Estatuto Social da Companhia, as Leis, e as deliberações do Conselho Fiscal;

b. data da instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

Não possuímos conselho fiscal instalado.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não possuíamos mecanismos de avaliação de órgãos e comitês.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d. em relação ao membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Ao Diretor Presidente compete, especialmente:

I) representar a companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante qualquer pessoa física ou jurídica, entidade, ofício ou repartição;

II) coordenar e orientar as atividades da Diretoria, presidindo suas reuniões;

III) supervisionar os trabalhos comerciais, financeiros, administrativos, de contabilidade e de produção, imprimindo-lhes a orientação adequada;

IV) orientar a política de investimentos a ser seguida pela sociedade, incrementando-lhe o desenvolvimento;

V) proferir o voto de qualidade nas reuniões de Diretoria

A Diretoria da sociedade não é permitido emitir ou avalizar títulos de favor, dar fiança ou contrair, em nome da sociedade, quaisquer obrigações civis ou comerciais, estranhas ao interesse social sem prévia autorização do Conselho de Administração

Diretor de Relação com os Investidores

I) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação;

II) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

III) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social e reportar à assembléia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

IV) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Diretor sem designação especial

I) planejar, executar e administrar as atividades de compras, suprimentos e armazenagem da Companhia;

II) planejar, executar e administrar as atividades de expedição, logística e de distribuição da Companhia;

III) coordenar procedimentos de controles patrimoniais da Companhia;

IV) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor Presidente;

V) coordenar procedimentos de controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria:

O mecanismo de avaliação de desempenho dos administradores compreende o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual, assim como para todos empregados da Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, Políticas e Práticas Relativas às Assembléias Gerais.

a. prazos de convocação:

A companhia procura efetuar a publicação do Edital de Convocação das assembleias gerais com antecedência adequada, sempre respeitando o prazo mínimo estabelecido no Estatuto Social e de acordo com a Legislação pertinente vigente.

b. competências:

A Assembléia Geral reúne-se, ordinariamente, dentro dos 4(quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocada, com competência para: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, dependerá da aprovação da Assembléia Geral a prática dos seguintes atos: (a) qualquer aumento no capital social da Companhia (exceto por capitalização de reservas, ou dentro do limite do capital autorizado, ou conforme exigido por lei), desdobramento ou grupamento de ações, resgate de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de quaisquer valores mobiliários da Companhia, sejam ou não conversíveis em ações, incluindo, mas não se limitando à criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, opções de compra ou ainda bônus ou opção de subscrição de ações; (b) aprovação da remuneração global de todos e quaisquer membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (c) a alteração do Estatuto Social; (d) atribuição de bonificações em ações; (e) instituição de plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades sob o seu controle; (f) redução/aumento do número e atribuições de membros do Conselho de Administração; (g) fusão, cisão, incorporação, reorganização com ou da Companhia com outra, conversão em novo tipo societário ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) autorização para os administradores requererem falência, recuperação judicial ou extrajudicial da própria Companhia; (i) liquidação ou dissolução da Companhia; (j) celebração de qualquer cessão em benefício de quaisquer credores da Companhia em situação de insolvência; (k) qualquer alteração do objeto social da Companhia; l) alteração na política de dividendos da Companhia; (m) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração, pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou por Acionistas, nos casos previstos em Lei.

A Assembléia Geral se instala e é presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quem o substitua na forma deste estatuto. Na falta destes, instala a Assembléia Geral,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

qualquer administrador da companhia, cabendo, nesse caso, aos acionistas presentes, eleger o Presidente da sessão. Completa a mesa um secretário escolhido pelo seu presidente.

Somente podem comparecer a Assembléia Geral os acionistas em cujos nomes as ações estejam registradas no Livro de Registro de Ações até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembléia Geral e que, no mesmo prazo, hajam depositado, na sede social, os respectivos títulos ou documentos que os represente.

c. endereços (físico e eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos estão disponíveis na sede da Companhia no endereço Av. Engenheiro Hans Gaiser, 26, CEP 28605-220, Nova Friburgo – RJ, no endereço eletrônico [www.haga.com.br link investidores](http://www.haga.com.br/link_investidores), e também disponíveis nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Bovespa (www.bmfbovespa.com.br), link empresas listadas.

d. identificação e administração de conflitos de interesses:

Nos termos da Lei das Sociedades por Ação, o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. O acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. O acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Os conflitos de interesses são identificados e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de análise de objeto e contrapartes.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

O acionista pode ser representado na Assembléia Geral, nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

O acionista poderá ser representado na Assembléia geral desde que o instrumento de procuração comprove os poderes para outorga e que tenham sido depositados na sede da companhia em até 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembléia Geral. Não sendo exigido o reconhecimento de firma, notariação ou consularização dos instrumentos de procuração. Não será exigida tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em inglês ou espanhol que venham acompanhados da respectiva tradução.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância, nas Assembleias Gerais Ordinárias, por meio do envio do boletim de voto diretamente à Companhia, cumprindo as seguintes formalidades:

- (i) via original ou digitalização do boletim de voto à distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado e assinado;
- (ii) cópia autenticada ou digitalização da via original dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

- Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e ou carteira de registro profissional.

- Pessoa Jurídica:

- Documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e ou carteira de registro profissional;
- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;
- Documento que comprove os poderes de representação;

- Fundos de Investimento:

- Documento de identidade com foto do representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e ou carteira de registro profissional;
- Último regulamento consolidado do fundo;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

-Último Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto de respectivo fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

A Companhia solicita que os documentos acima, bem como cópia do boletim de voto a distância, sejam enviados aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores preferencialmente para o endereço eletrônico: haga@haga.com.br.

No caso de envio dos documentos acima via correio, os mesmos devem ser direcionados à Avenida Engenheiro Hans Gaiser, 26, CEP: 28605.220, Nova Friburgo, RJ, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização daqueles documentos assinados no exterior, para aceitação do boletim de voto a distância.

Também não será exigida tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em inglês ou espanhol que venham acompanhados da respectiva tradução.

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM nº 481/2009, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação a distância próprio, porém utiliza as prerrogativas da Instrução CVM nº 561/2015 para viabilizar o processo de voto à distância.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância relativo às Assembleias Gerais Ordinárias, é necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida engenheiro Hans Gaiser, 26, CEP 28605.220, Nova Friburgo, RJ, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio de endereço eletrônico haga@haga.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

O conselho de Administração estudará as propostas e eventualmente as incorporará à pauta de assembleia, se o tema for julgado pertinente.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito do voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem este tipo de serviço.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, além das deliberações previstas em Lei:

- I) orientar a Diretoria e supervisionar as atividades da companhia;
- II) aprovar o relatório anual da Diretoria e a Proposta de Destinação dos Lucros Sociais;
- III) autorizar a Diretoria a renunciar a direitos, a transigir, a dar avais e fianças em favor de terceiros, a alienar, a hipotecar, ou de qualquer forma onerar bens do ativo permanente da companhia, desde que de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais);
- IV) avocar, a qualquer tempo, o exame das atividades específicas da companhia, em qualquer setor, e sobre elas expedir normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria;
- V) eleger e destituir os Diretores da companhia, fixar-lhes atribuições e estabelecer os respectivos limites de competência e de decisão;
- VI) escolher o substituto, em caso de vaga de cargo de Diretor;
- VII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários;
- VIII) aprovar condições especiais de contratação para o exercício de funções de Diretor;
- IX) autorizar a associação da companhia a outras sociedades;
- X) abrir ou encerrar filiais ou escritórios, em qualquer ponto do território nacional;
- XI) Convocar Assembleia Geral no caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Regras, Políticas e Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo as convocações feitas pelo Presidente, por iniciativa própria, ou atendendo ao pedido de qualquer de seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer fora da sede da Companhia e se instalam com a presença da maioria de seus membros. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos presentes, tendo o Presidente do Conselho de administração, voto de qualidade. As decisões do Conselho de Administração devem constar de Ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existe acordo de acionistas em vigor.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**c. regras de identificação e administração de conflito de interesses**

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada

Não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração.



Assessoria para resolução de conflitos por meio de

Não se aplica

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
JORGE CAETANO DA SILVA	05/06/1952	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	3 ANOS	6
641.018.277-53	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	19 - Outros Diretores	30/04/2018	Sim	0.00%
Responsavel pela área de suprimentos		não há			
ANTONIO RANHA DA SILVA	12/01/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	03 anos	2
833.063.667-49	CONTADOR	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Não	100.00%
não se aplica					
NEY COELHO RODRIGUES	18/08/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	3 ANOS	2
129.988.427-04	ECONOMISTA	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Sim	100.00%
não se aplica					
GUSTAVO ADOLFO TRAUB,	24/03/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	3 anos	1
026.752.379-30	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Não	100.00%
não se aplica					
BRAULIO REZENDE FILHO	27/03/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	3 anos	1
516.221.307-15	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Sim	100.00%
não se aplica					
JOSÉ LUIZ ABICALIL	12/09/1952	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2018	03 ANOS	6
177.604.887-34	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	30/04/2018	Sim	100.00%
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE SUPRIMENTO E INFORMÁTICA DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
JORGE CAETANO DA SILVA - 641.018.277-53					
Científico, Faculdade de Matemática – Licenciatura Plena, Professor de Matemática da Universidade Candido Mendes, Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, Pós Graduado em Marketing – MBA, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE.DIRETOR DESDE: 30.04.2001 -					
ANTONIO RANHA DA SILVA - 833.063.667-49					

é mestre em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - RJ, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho RJ. Foi auditor da KPMG Auditores no período de 1988 a 2001, responsável pelas áreas de auditoria em Instituições Financeiras e Transportes Marítimos e Terminais Portuários nos níveis do escritório do Rio de Janeiro e Brasil, respectivamente. Principal executivo financeiro da ALTM S.A., no período de 2001 a 2002 e desde 2003 tem se dedicado na prestação de serviços de auditoria e consultoria em médias e grandes empresas dos seguimentos Financeiros, Comércio e Indústria, Prestação de serviços, Navegação Marítima e Terminais portuários. Professor concursado da Universidade Federal Fluminense na Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda - RJ. Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada – CEPC do Conselho Federal de Contabilidade/CRC-RJ. Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, Presidente da Comissão de Ética e representante adjunto do Brasil junto ao IFAC, no Comitê de pequenas e médias empresas de auditoria. Foi membro efetivo dos conselhos fiscais da Grendene S.A.(2011), COTEMINAS S.A.(2011), GPC Participações S.A. de 2001 até 2012 e da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A.(1999, 2000, 2008 e 2009). Possui Certificado Nacional de Auditor Independente - CNAI, para atuar em auditorias de Companhias de Capital Aberto (CVM) e Instituições Financeiras (BACEN). É professor da FGV Management e diversas outras instituições de ensino em cursos de MBA, pós-graduação e de educação profissional continuada ligados às áreas de auditoria, contabilidade, controladoria e tributos. Integrante da equipe de Autores do Livro Auditoria das Demonstrações Contábeis, da série Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria do FGV Management, FGV Editora, 2007.

NEY COELHO RODRIGUES - 129.988.427-04

economista , graduado pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro – DEZ/1978 , com larga experiência na área financeira, administrativa e atendimento a clientes,, ex funcionário do Banco do Brasil – abril/1965 a abril 1995, tendo exercido nas agências todas as funções da carreira administrativa, até o nível de gerência e, na Direção Geral , as funções de Assistente Administrativo e Assistente técnico. Atuou também na CTRIN (comissão do trigo nacional) tendo sido responsável pela compra e classificação de safras de trigo, para o Governo Federal ,em região do Rio Grande do Sul. Atualmente é empresário do setor de madeiras.

GUSTAVO ADOLFO TRAUB, - 026.752.379-30

Brasileiro, Engenheiro Civil, Bacharel em Administração com Ênfase em Finanças - FAE Business School – 2004, residente e domiciliado em Curitiba, PR, Fertipar – Fertilizantes do Paraná Ltda - Abril 2008 – Atual, Superintendente de Suprimentos - Trading Internacional, - Reportando-se ao Diretor Comercial, definindo e implementando as estratégias para negociação e compra de Matéria Prima no mercado internacional de commodities para Fertilizantes Agrícolas, Atuação ativa com as diversas equipes comerciais, - Definição de precificação e estratégia de venda para diferentes canais de distribuição, - Planejamento e acompanhamento da cadeia de suprimentos das diversas filiais do Grupo - Avaliação das alternativas logísticas de suprimentos e viabilidade de novas plantas dentro do país, - Análise de oferta e demanda do mercado local e internacional, buscando redução de custos e maximização da rentabilidade das operações da companhia. •RNI Rodobens Negócios Imobiliários SA - Abril 2016 – Atual, Conselheiro Fiscal - Membro efetivo do Conselho Fiscal da Empresa, com capital aberto na Bovespa/B3 com ticker RDNI3, •HSBC Bank Brasil S.A. - Abril 2007 – Abril 2008, Gerente de Planejamento e Controle Premier & Personal Investment Business: - Reportado-se a Diretoria de Varejo de Alta Renda era o responsável pelo-controle e planejamento deste segmento (produtos, receitas, despesas, estratégia de crescimento) - Definição das estratégias de vendas de produtos de investimentos para os diversos segmentos pessoa física, com adequação de grade de produtos, definição de metas e análise de desempenho - Comunicação para a Rede de Agências (gerentes de relacionamento) sobre produtos (tipos, características e estratégias) e mercado financeiro - Análise da Indústria de Fundos de Investimentos - HSBC Vida e Previdência Brasil S.A. - Junho 2005 a Abril 2007.

BRAULIO REZENDE FILHO - 516.221.307-15

Brasileiro, natural de Nova Friburgo – RJ, formado em Administração de Empresas – Universidade Candido Mendes – 1986, Direito – Universidade Candido Mendes – 2002; Proprietário das empresas Rezende Materiais para Construção S/A, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Nova Friburgo, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista (Sincomércio) de Nova Friburgo, Membro do Comitê Gestor da Certificação Digital do SPC Brasil, Diretor Distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) do Estado do Rio de Janeiro, Empresário do comércio varejista desde 1975. Dirigente sindical desde 1975.

JOSÉ LUIZ ABICALIL - 177.604.887-34

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Cândido Mendes - Nova Friburgo / RJ, com cursos de especialização em Administração de Materiais, Planejamento Tributário, Contabilidade de Custos, Lógica / Programação e Análise de Sistemas, Planejamento de Informática nas Empresas, Informática para Executivos, Informações Empresariais e Planejamento Estratégico. Pós Graduado em Finanças pela COPPEAD/UFRJ, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas - Escola de Pós Graduação em Economia do Rio de Janeiro e Capacitação Empresarial IEL/FIRJAN/COPPE.DIRETOR DESDE: DIRETOR PRESIDENTE DESDE 28.06.1994 –

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
NÃO SE APLICA	Outros Comitês	Outros	NÃO SE APLICA	31/12/2011	NÃO SE APLICA	0.00%
000.000.000-00	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA		31/12/2011	0	
NÃO SE APLICA						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

NÃO SE APLICA - 000.000.000-00
não se aplica

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
JOSÉ LUIZ ABICALIL	177.604.887-34	NÃO SE APLICA		Avô ou Avó (2º grau por consangüinidade)
NÃO SE APLICA				
Pessoa relacionada				
NÃO SE APLICA		NÃO SE APLICA		
NÃO SE APLICA				
Observação				
NÃO SE APLICA				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
JOSÉ LUIZ ABICALIL	177.604.887-34	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	12.093.443/0001-53		
Presidente			
<u>Observação</u>			

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia não possui quaisquer acordos, seguro de responsabilidade ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

Não se aplica

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos administradores é calculada na forma da lei e adequada ao porte da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta por honorários fixos mensais para o Conselho de Administração e salário mensal para a Diretoria estatutária no limite da verba global aprovada.

O objetivo da remuneração estabelecida é compensar adequadamente a competência e a responsabilidade alinhada aos interesses e disponibilidade da Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Por se tratar de Diretores funcionários seus salários são reajustados com base nas respectivas convenções coletivas e na evolução da verba global aprovada assim como os membros do Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A razão para composição da remuneração é em função da situação e disponibilidade da Companhia e o vínculo dos executivos, grau de responsabilidade e atribuições.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do emissor

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não estabelecida

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	106.786,00	626.211,00		732.997,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	106.786,00	626.211,00		732.997,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	106.786,00	584.716,00		691.502,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00

Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	106.786,00	584.716,00		691.502,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	98.296,00	563.295,00		661.591,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00

Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	98.296,00	563.295,00		661.591,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não aplicado remuneração variável nos três últimos exercícios. Em AGO/AGE realizada em 30 de abril de 2018, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 80 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2018, R\$ 64 mil até o exercício de 2017

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. Termos e condições gerais:

Não aplicável

b. Principais objetivos do plano:

Não aplicável

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Não aplicável

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Não aplicável

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Não aplicável

f. Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações:

Não aplicável

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Não aplicável

k. Forma de liquidação:

Não aplicável

L. restrição à transferência das ações:

Não aplicável

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Não aplicável

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5 Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	–	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	–
GUSTAVO ADOLFO TRAUB	1	1000
BRAULIO REZENDE FILHO		100
NEY COELHO RODRIGUES	100	–

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada “subsidiária Integral”.

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Não aplicável.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.5 Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	–	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	–
GUSTAVO ADOLFO TRAUB	1	1000
BRAULIO REZENDE FILHO		100
NEY COELHO RODRIGUES	100	–

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada “subsidiária Integral”.

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Não aplicável.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Não aplicável.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação; c. modelo utilizado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se outras características da opção foi incorporada na mensuração do valor justo.

Não aplicável.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	411.497,00	381.245,00	374.044,00	27.960,00	27.960,00	26.344,00
Valor da menor remuneração(Reais)	214.714,00	203.471,00	189.251,00	11.722,00	11.722,00	12.698,00
Valor médio da remuneração(Reais)	313.105,00	292.358,00	281.647,00	21.357,00	21.357,00	19.659,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Não há arranjos contratuais ou de indenização para os administradores.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável

.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer outra remuneração que não da função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Controlada pela Companhia não possui conselho de administração , nem conselho fiscal e sua diretoria não percebe remuneração.

13.16 Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1. Descrição dos Recursos Humanos da Companhia

a. Número de empregados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia mantém uma única base de atividade, a tabela abaixo apresenta a quantidade média de colaboradores para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, alocados nas atividades operacionais e administrativas/comerciais:

Total de Colaboradores

Atividade	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Operacional	143	135	147
Administrativa / Comercial / Bolsistas -Senai	42	34	36
Total	185	169	183

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia não possui terceirizados relacionados a atividade fim.

c. índice de rotatividade

ANO	INDICE DE ROTATIVIDADE
2015	2,57%
2016	2,43%
2017	2,76%

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

A companhia procura cumprir com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias estabelecidas em Lei e no acordo coletivo de trabalho, não tendo no momento nenhuma exposição relevante a passivos e contingências trabalhistas.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Alterações Relevantes no Quadro de Colaboradores

No período não houve qualquer alteração relevante no quadro de colaboradores.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Políticas de Remuneração dos Colaboradores.

a. política de salários e remuneração variável:

A companhia procurar compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. O salário de seus empregados é calculado na forma da lei e sua remuneração é composta por salário base e, dependendo do cargo, gratificação de função e gratificação por tempo de serviço.

Programa de Participação nos Lucros ou Resultados

Encontra-se devidamente arquivado junto ao Sindicato dos Empregados das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Nova Friburgo, acordo e norma do Programa de Participação de Resultado “PPR” implantado pela Companhia, aplicável a todos os colaboradores ativos, considerando as metas de faturamento e os índices de qualidade, uso do EPI, de acidentes de trabalho e de assiduidade.

b. política de benefícios:

Além dos benefícios estabelecidos nas convenções coletivas, por liberalidade a Companhia disponibiliza aos seus colaboradores os seguintes benefícios:

- Treinamento
- Alimentação
- Ticket Alimentação
- Seguro de Vida em Grupo
- Assistência Jurídica
- Assistência Médica
- Convênio Material Escolar
- Recreativa

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não é aplicado pela Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**14.4. Relações entre o Emissor e Sindicatos**

Os colaboradores da Companhia estão vinculados ao Sindicato dos Empregados das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Nova Friburgo e a Companhia ao SINDMETAL-NF. O relacionamento se desenvolve no respeito e cumprimento da Lei e da convenção coletiva.

14.5 - Outras informações relevantes

Não se aplica

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
NUEVO SUMATRA FUNDO DE INVEST.DE AÇÕES ("FUNDO")					
07.096.468/0001-70	BRASIL-SP	Não	Não	01/07/2017	
Não					
240.200	6,055000%	873.900	11,016000%	1.114.100	9,362000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DA FERRAGENS HAGA					
39.523.725/0001-08	BRASIL-RJ	Não	Sim	28/09/1993	
Não					
2.884.230	72,711000%	500	0,006000%	2.884.730	24,241000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
PORTUGAL CLUBE DE INVESTIMENTO					
11.907.414/0001-15	BRASIL-RJ	Não	Não	25/09/2015	
Não					
437.010	11,020000%	2.716.616	34,240000%	3.153.626	26,500000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
	BRASIL	Não	Não		
Não					
405.227	10,214000%	4.342.317	54,738000%	4.747.544	39,897000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
3.966.667	100,000000%	7.933.333	100,000000%	11.900.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	725
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	24
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.081.936	27,275695%
Quantidade preferenciais (Unidades)	7.931.437	99,976100%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	9.013.373	75,742630%

15.4. Organograma dos Acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

Não é relevante

15.5. Acordos de Acionistas

Não existe qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte.

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Nos 3 últimos exercícios não houve alterações relevantes nas participações dos membros de controle e administradores da Companhia.

15.7. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “15

15.8 - Outras informações relevantes

Não se aplica

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização das Transações com Partes Relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transações	
	Receita de venda de	Receita de venda de
	produtos	produtos
	31.12.2017	31.12.2016
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	7.166.610	6.508.476

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
FULLMETAL IND E COMERCIO S A	31/12/2017	0,00	contas a receber/ CLIENTES - R\$0,00 FORNECEDOR -R\$ 0,00	SALDO DE CONTAS A RECEBER /CLIENTES = R\$ 0,00 - FORNECEDOR= R\$ 0,00	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	COMPRA E VENDA - FORNECEDOR						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	TRATA DE RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS FABRIS SEM SALDO A RECEBER NO FINAL DO PERÍODO						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS FABRIS SEM SALDO A RECEBER NO FINAL DO PERÍODO						
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO S A	31/12/2014	0,00	CONTAS A RECEBER = R\$ 0,00	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	COMPRA E VENDA -FORNECEDOR						
Garantia e seguros	NÃO SE APLICA						
Rescisão ou extinção	NÃO SE APLICA						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	FORNECEDOR COM SALDO ZERO AO FINAL DO PERÍODO						
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	31/12/2015	0,00	CONTAS A RECEBER = R\$0,00	NÃO SE APLICA	INDETERMINADO	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	COMPRA E VENDA -FORNECEDOR						
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS FABRIS SEM SALDO A RECEBER NO FINAL DO PERÍODO						
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	31/12/2016	0,00	CONTAS A RECEBER CLIENTES = R\$ 0,00 /SALDO FORNECEDOR = R\$ 0,00	SALDO CONTAS A RECEBER/CLIENTES = R\$ 0,00	INDETERMINADO	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	CONTROLADA						
Objeto contrato	COMPRA E VENDA -FORNECEDOR						
Garantia e seguros	NÃO HÁ						
Rescisão ou extinção	NÃO HÁ						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	TRATA DE RELAÇÃO DE FORNECIMENTO DE INSUMOS FABRIS SEM SALDO A RECEBER NO FINAL DO PERÍODO						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

.

16.3. Identificação das medidas para tratar de conflito de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento ompensatório adequado.

Não se aplica, tendo em vista que a única parte relacionada com a Companhia é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada .Consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

16.4 - Outras informações relevantes

Não se aplica

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
06/05/1997	10.353.000,00		3.966.667	7.933.333	11.900.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/12/2011	age	31/12/2011	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

.....

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/12/2013	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

		Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
Data de deliberação	Data redução						
31/12/2011	31/12/2011	0,00	0	0	0	0,00000000	0,00
Forma de restituição		NÃO SE APLICA					
Razão para redução		NÃO SE APLICA					

17.5 Outras Informações Relevantes.

Não se aplica.

18.1 - Direitos das ações**Espécie de ações ou CDA Ordinária**

Tag along	0,000000
Direito a dividendos	NAO
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	NA FORMA DA LEI
Restrição a circulação	Não

Resgatável**Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate**

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	NÃO HA PREVISAO
---	-----------------

Outras características relevantes	NÃO HÁ
--	--------

Espécie de ações ou CDA Preferencial

Tag along	0,000000
Direito a dividendos	GOZAM COMO VANTAGEM O DIREITO À PERCEPÇÃO DE DIVIDENDOS NO MINIMO 10% MAIORES QUE OS ATRIBUIDOS ÀS AÇÕES ORDINARIAS
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	PRIORIDADE EM RELAÇÃO ÀS ORDINARIAS
Restrição a circulação	Não

Resgatável**Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate**

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	NÃO HÁ PREVISÃO
---	-----------------

Outras características relevantes	NÃO EXISTEM
--	-------------

18.2. Descrição, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitam o direito de voto.

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2016								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00
Exercício social		31/12/2015								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	0,00

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	NÃO SE APLICA
Data de emissão	31/12/2011
Data de vencimento	31/12/2011
Quantidade (Unidades)	0
Pessoas Físicas (Unidades)	0
Pessoas Jurídicas (Unidades)	0
Investidores Institucionais (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	0,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	NÃO SE APLICA
Outras características relevantes	NÃO SE APLICA

18.6. Mercados brasileiros nos quais os valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores Mercadorias.

18.7. Classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Quantidade (Unidades)	0
Valor nominal global (Reais)	0,00
Saldo devedor em aberto	0,00
Hipótese e cálculo do valor de resgate	nao se aplica
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não se aplica
Outras características relevantes	não se aplica

18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas por nós relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.



as públicas de distribuição e eventuais desvios

Não se aplica

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não se aplica

18.12 - Outras informações relevantes

Não se aplica

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
31/12/2014	31/12/2014 à 31/12/2014	0,00	Ordinária		1	0,000001	0	0,00	R\$ por Unidade	0,000000
NAO SE APLICA										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Movimentação	Quantidade (Unidades)		Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0		
Quantidade adquirida	0		0,00
Quantidade alienada	0		0,00
Quantidade cancelada	0		
Quantidade final	0		
Relação valores mobiliários em circulação		0,000000%	

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não se aplica

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	28/03/2010
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Jorge Caetano da Silva - Diretor Ana Thereza Duarte - Assistente da Diretoria Luzia Tereza A. Cereja - Contadora José Luiz Abicalil - Diretor Presidente Jorge Caetano da Silva -Diretor Beatriz Dias dos Santos - Conselheira Antonio Ranha da Silva - Conselheiro Ney Coelho Rodrigues - Conselheiro Braulio Rezende Filho - Conselheiro Gustavo Adolfo Traub- Conselheiro

Principais características e locais de consulta

Em 28 de fevereiro de 2003, a Companhia divulgou a Política de Negociação de valores mobiliários de sua emissão aprovada pelo Conselho de Administração, como segue:

A Companhia, os Acionistas Controladores, seus Administradores, seus Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e os integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, que tenham firmado o Termo de Adesão, devem comunicar a quantidade e espécie de valores mobiliários de nossa emissão que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como as alterações nessas posições.

A comunicação deverá ser encaminhada ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, por este, à CVM e à Bolsa de Valores, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo II do Manual de Divulgação de Informações e Negociações de valores Mobiliários de Emissão da Companhia.

A comunicação à CVM deverá ser efetuada imediatamente após a investidura no cargo e no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia, pelo prazo de 06 (seis) meses após o seu afastamento ou até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5,0% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar a Companhia as seguintes informações: (i) nome e qualificação do comunicante; (ii) objetivo da participação e quantidade visada, incluindo, se for o caso, declaração de que a transação não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia; (iii) número de ações, bônus de subscrição, e de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, detidos anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente; (iv) número de debêntures conversíveis em ações, detidas anteriormente à aquisição, direta ou indiretamente, explicitando a quantidade de ações objeto da possível conversão, por espécie e classe; e (v) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia. A Companhia deverá enviar essas informações à CVM e à BM&FBOVESPA e atualizar o Formulário de Referência da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização Os Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia, pelo prazo de 06 (seis) meses após o seu afastamento ou até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. Dentre as alternativas acima referidas, prevalecerá sempre o evento que ocorrer em primeiro lugar.

20.2. Outras Informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “20”.

21.1. Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Exceto pela política de divulgação descrita no item 21.2, não há.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas.

Em 28 de fevereiro de 2003, a Companhia divulgou a Política de Divulgação de ato ou fato relevante aprovada pelo Conselho de Administração, como segue:

A Instrução CVM nº 358 de 03 de Janeiro de 2002, alterada pela instrução CVM nº 369 de 11 de Junho de 2002 determinou a sistemática de responsabilidade pela utilização, comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante de companhias abertas, tendo sido atribuído ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante. (Instrução CVM nº 358/02, artigo 3º).

Com o objetivo de assegurar que o Diretor de Relações com Investidores possa cumprir com os seus deveres, foram criados obrigações para outras pessoas vinculadas à Companhia: Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante e, ainda, os membros de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia, que tenham firmado o Termo de Adesão, obrigando-as a comunicar Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as devidas providências.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores e Acionistas, a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando desta forma a melhor disseminação de tais informações. Desta forma, fica impedido o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

Os Acionistas Controladores, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante ou quaisquer dos integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia ou ainda, quem quer que, em virtude de seu cargo, tenham firmado o Termo de Adesão, terão o dever de guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como, zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, artigo 8º).

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, a Companhia poderá submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando os acionistas controladores ou nossos administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3. Administradores Responsáveis pela Política de Divulgação de Informações

Diretor de Relações com Investidores.

21.4. Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “21”.